O ensino de música na Escola Normal do Espírito Santo (1908 - 1930): novos rumos para a formação docente capixaba[1]

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

Ademir Adeodato
UNIRIO/ IFES - ademir.adeodato@ifes.edu.br

Resumo: Refere-se a uma pesquisa de caráter histórico que investiga a oferta do ensino musical nas escolas públicas do Estado do Espírito Santo, entre os anos de 1843 e 1930. O estudo tem como referencial metodológico o paradigma Indiciário de Carlos Ginzburg (1989). Nesse artigo, exporemos um recorte dos dados já levantados e demonstraremos o lugar destinado ao ensino da música na Escola Normal Pedro II (Vitória, ES), entre os anos de 1908 e 1930 – período em que foram realizadas duas grandes reformulações na instrução pública capixaba.

Palavras-chave: Educação musical. Formação docente. História da educação musical. Instrução pública capixaba. Pesquisa histórica.

The Music Education in Normal School of the Espírito Santo (1908-1930): New Direction for Teacher Training Capixaba

Abstract: It refers to a historical character of research that investigates the offer of musical education in the state of Espírito Santo schools between the years 1843 and 1930. The study is methodological reference the Evidential Paradigm of Carlo Ginzburg (1989). In this article, we will expose a cut of the data already collected and demonstrate the place intended for music education in Normal School Pedro II (Vitória, ES), between the years 1908 and 1930 - a period in which there were two major redesigns in public education capixaba.

Keywords: Musical education. Teacher training. History of music education. Capixaba public education. Historical research.

1. Introdução

Esse texto trata de uma pesquisa em andamento, de caráter historiográfico, em que temos analisado as relações históricas entre o ensino de música e a instrução pública no ES. O foco central do trabalho é investigar o lugar ocupado por essas práticas nas instituições secundárias do ES entre os anos de 1843 (criação do Lyceu Provincial da Victoria – primeira escola de ensino secundário do ES) e 1930 (governo de Borges de Aguiar, onde foram feitas várias intervenções para a oferta do ensino musical nas escolas capixabas). O estudo tem se pautado nos seguintes questionamentos: 1) qual a importância simbólica e as funções desempenhadas pela música na sociedade capixaba e quais as expectativas em relação ao seu ensino no contexto escolar? 2) Como se materializou o ensino musical nas instituições secundárias do ES? 3) De que maneira a atuação de professores de música, dentro e fora dos espaços escolares, contribuiu para a legitimação do ensino musical escolarizado?

Nesse texto, especificamente, exporemos apenas um recorte dos dados já levantados e demonstraremos o espaço destinado ao ensino musical na formação docente, mais especificamente na Escola Normal Pedro II[2], entre os anos de 1908 e 1930. Introdutoriamente, apresentaremos uma síntese dos referenciais teóricos e dos procedimentos metodológicos que têm embasado o estudo.

2. Referenciais Teórico e Metodológicos

Para produzirmos um estudo historiográfico que compreenda a utilização e a problematização das fontes acerca da temática definida para essa pesquisa recorreremos às ideias de Carlo Ginzburg (1989) e Marc Bloch (2001). Por meio destes autores, temos buscado problematizar os vestígios e rastros do processo de configuração dos espaços e tempos que constituíram o ensino musical nas escolas públicas secundárias do Espírito Santo, no período aqui definido. Suas reflexões permitem uma compreensão do fazer historiográfico que associa a prática do historiador à narrativa produzida, sendo o desenvolvimento da primeira o fundamento que constitui o produto final da pesquisa.

A compreensão do que é História para os autores acima mencionados refuta a ideia de sistematizações totalizantes, que concebem o conhecimento histórico a partir de visões acabadas e caminha no sentido da produção de verdades históricas circunscritas ao limite das pesquisas e influenciadas pelo presente do historiador. Assim, o desenvolvimento da pesquisa tem se dado por meio do Método Indiciário de Carlos Ginzburg (1989).

Recorrendo a Michael de Certeau (2006), em suas reflexões sobre a operação historiográfica, Nunes e Carvalho (1993) explicitam que, [...] a história começa com gestos de separação, reunião e transformação em ‘documentos’, de certos objetos que ganham nova distribuição num certo espaço (NUNES; CARVALHO, 1993: 27). Nesse sentido é preciso reconhecer que as fontes não são neutras; são documentos que, segundo Le Goff (2003), constituem-se em monumentos construtores de memória. Sobre isso vale a pena recuperar as observações de Bloch (2001),

> A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise e aos problemas que sua transmissão coloca (BLOCH, 2001: 83).

De forma mais ampla temos recorrido às reflexões propostas Chervel (1990) e Julia (2001). Tais estudiosos ressaltam a importância da pesquisa histórica sobre o currículo e

as disciplinas como geradores de uma cultura escolar interna autônoma, e não apenas como reprodutora de condicionantes externos. Chamando a atenção para o problema do anacronismo na História das disciplinas escolares, Julia adverte que para se apreender os seus significados: "devemos estar atentos a definir com precisão seu estatuto de historicidade e tentar reconstruir os dispositivos disciplinares em sua coerência própria e em suas inter-relações à época em que eles foram instalados" (2001: 44).

Tanto Bloch (2001) quanto Ginzburg (1989) destacam a importância metodológica de se recorrer a variados tipos de fontes para o levantamento de dados. Assim, temos nos debruçado sobre um conjunto diversificado de documentos, os quais foram localizados no Arquivo Público do ES e em algumas escolas da capital do Estado. Dentre eles destacamos: a legislação educacional capixaba (leis, decretos, regulamentos, regimentos, etc.); documentos oficiais diversos (ofícios, atas, requerimentos, livros de ponto e registros de dados estatísticos); e, principalmente; os Relatórios dos Presidentes do Estado e dos Diretores da Instrução Pública do ES. Além dessas fontes oficiais, selecionamos quatro grandes jornais que circulavam no período delimitado. São eles: o *Correio da Vitória* (1842-1873), o *Horizonte* (1872-1910), o Commercio *Espírito Santense* (1891-1910) e o *Diário da Manha* (1908 – 1937).

3. Reformas Educacionais Capixabas: o ensino musical na formação docente

No final do século XIX e início do XX o Estado do Espírito Santo, em seus diferentes ramos adiministrativos, apresentava uma situação extremamente delicada. Tal contexto foi decorrente de diferentes fatores, dos quais podemos citar: as fortes secas, a disseminação de várias epidemias, a desvalorização da moeda nacional e a queda no preço do café (SALIM, 2009). Essas questões foram extremamente prejudiciais para a instrução pública, pois os cortes de gastos também foram direcionados à esse campo. Para se ter uma ideia, devido à precariedade das condições de funcionamento, as atividades da Escola Normal Pedro II (única do Estado para a formação de professores) foram suspensas entre os anos de 1898 e 1900 (ROMANELLI, 2008). Sobre essa problemática o Diretor de Instrução Pública, em 1908, chamava a atenção para o fato de que:

> As escolas públicas, em geral, estão desprovidas de móveis; já não digo dos necessários, mas dos indispensáveis: há escolas nas quaes o professor para dar aula senta-se numa cadeira de pão e os alumnos em caixas vazias de querozene. Há muito tempo não são fornecidos livros escolares aos alumnos pobres (LIMA, 1908: 6).

Contudo, a partir de 1908, esse cenário começa a mudar e se pautando nas melhorias econômicas e financeiras do Estado, o governador Jerônimo Monteiro (1908-1912), iniciou uma ampla reformulação em diferentes setores do estado, tendo direcionado especial atenção para a instrução (SALIM 2009). Nesse contexto, foi desenvolvida uma política centralizadora em relação à educação visando a padronização do sistema de ensino: "O governo procura subordinar todas as escolas ao mesmo methodo, à mesma disciplina e ao mesmo regulamento" (MONTEIRO, 1909: 21). Como parte dessa proposta, foi criado, em 1908, o Departamento de Ensino, que passou a controlar todos os serviços referentes à instrução pública. Para conduzir o processo de reforma educacional, foi contratado o educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim[3], 1908 a 1909 (ROMANELLI, 2008).

O programa reformador proposto por Cardim estava pautado nos pressupostos da Escola Nova[4] – corrente pedagógica que começava a ganhar espaço no cenário educacional republicano brasileiro (SALIM, 2009). Como em outros estados, a instrução pública foi vista como um potente instrumento para a difusão dos valores e ideais advindos com o novo regime, tais como: a modernidade, o progresso e a sofisticação (SALIM, 2009).

A reforma representou um momento importante para a Escola Normal, tanto do ponto de vista físico e estrutural, quanto do trabalho pedagógico. Nas palavras de Locatelli (2012: 77) "A Escola Normal foi o centro das atenções no processo de implantação da reforma de Cardim". Gradativamente, o ensino musical foi ganhando espaço nessa instituição. O que se deveu, principalmente, ao fato de que essa linguagem foi vista como um potente instrumento para a construção do plano educacional republicano (FUKS, 1991). Embora os trabalhos de Cardim tenham sido concluídos em 1909, suas ideias e propostas pedagógicas para a música na formação docente continuaram a reverberar nos governos seguintes. Tendo alcançado, em 1929, no governado de Borges de Aguiar, o seu auge.

3.1 O Ensino Musical na Escola Normal Pedro II

Buscando alinhar a Escola Normal ao novo contexto pedagógico e ideológico trazido com as reformulações educativas, Cardim promoveu consideráveis modificações em sua grade curricular. Isso se deu por meio da inserção de novas disciplinas e de novos conteúdos programáticos. Tratava-se de assumir uma orientação no sentido da sensibilização do civismo, uma vez que o espírito cívico-patriótico deveria perpassar todas as disciplinas e estar presente em todas as atividades escolares (FUKS, 1991). Nesse contexto o ensino musical se mostrou estratégico, uma vez que permitia a realização da prática de um repertório constituído principalmente por cantos patrióticos, onde a música tornar-se-ia, também, um elemento disciplinador (FUKS, 1991). Assim, também fazia parte da listagem dos conteúdos

programáticos dos cursos normais atividades como o estudo de cantos e hinos escolares e patrióticos, por meio do canto coral (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 1909: 1). Nessa nova formatação a música passou a integrar a grade do curso de formação docente. Como podemos perceber no quadro que segue.

ANO	MATÉRIAS OFERTADAS
1º ano	Português, Francês, Aritmética, Geografia e Cosmografia, Caligrafia, Ginástica e Trabalhos Manuais.
2º ano	Português, Francês, Inglês, Álgebra, Geometria, Historia do Brasil, Caligrafia e Desenho, Ginástica, Trabalhos Manuais.
3º ano	Literatura, Física e Química, Historia Natural, Pedagogia e Educação Cívica, Historia Universal, Exercício de Ensino, **Musica e** Ginástica.

Tab. 1: Grade curricular da Escola Normal, no ano de 1909.
Fonte: Espírito Santo, Lei nº 545 de 1909.

A música foi inserida no conjunto de disciplinas obrigatórias que constituíam a grade curricular da formação docente capixaba, sendo ofertada no terceiro ano do curso. Em publicação feita no Jornal o Commercio de Victoria, em 15 de junho de 1909, encontramos referências à carga horária que foi disponibilizada às diferentes matérias.

SEÇÃO MASCULINA			SEÇÃO FEMININA		
PRIMEIRO ANO	**SEGUNDO ANO**	**TERCEIRO ANO**	**PRIMEIRO ANO**	**SEGUNDO ANO**	**TERCEIRO ANO**
Portuguez 3	Portuguez 3	Litteratura Portuguez 3	Portuguez 3	Portuguez 3	Litteratura Portuguez 2
Francez 3	Francez 3	Inglez 2	Francez 3	Francez 3	Inglez 2
Arithmetica e Algebra 3	Inglês 2	Historia Natural 3	Arithmetica e Algebra 3	Inglês 2	Historia Natural 2
Geographia e Cosmographia 2	Geometria 3	Historia Universal 2	Geographia e Cosmog. 2	Geometria 3	Historia Universal 2
Caligraphia e Dezenho 2	Historia do Brasil 2	Pedagogia e Educação Civica 3	Caligraphia e Dezenho 2	Historia do Brasil 2	Pedagogia e Educação Civica 3
Trabalhos manuais 2	Physica e Chimica 3	Exercicio de Ensino na Escola Modelo 3	Trabalhos manuais 2	Physica e Chimica 3	Exercicios de Ensino na Escola Modelo 2
Gymnastica 2	Caligraphia e Dezenho 2	**Musica 3**	Gymnastica 2	Caligraphia e Dezenho 2	**Musica 3**
	Trabalhos manuais 2	Gymnastica e Exercicios militares 2		Trabalhos manuais 2	Gymnastica 2
	Gymnastica e Exercicios Militares 2			Gymnastica 2	

Tab. 2: Carga horária por disciplina. Grade curricular da Escola Normal Pedro II em 1909.
Fonte: Jornal Commercio de Victoria, 15 de junho de 1909, p. 4.

Constatamos acima que para a música, tanto no curso feminino como no masculino, foram destinadas três aulas semanais. Ao compararmos com as demais disciplinas percebemos que a nenhuma delas foi disponibilizada carga horária maior, o que, de certa forma, demonstra a importância atribuída a esse conteúdo na formação naquela reforma.

Cardim também potencializou o ensino musical na escola normal por meio de recursos materiais, pedagógicos e humanos. Sobre esse aspecto merece destaque a

contratação, em 1909, de um professor de música para a Escola Normal (Maestro Antonio Aunon Sierra) e a aquisição de pianos para serem usados nessas aulas. No relatório do Presidente da Província, Jerônimo Monteiro, 1909, localizamos uma relação de equipamentos comprados para escolas. Por meio desse documento verificamos que foram adquiridos quatro pianos para a Escola Normal. Cabe destacar que o montante investido apenas na compra desses instrumentos totalizou um gasto de 6.000$000, o que correspondeu a cerca de 30% de tudo o que foi gasto na compra de materiais para essa instituição (o orçamento total foi de 19.105.$000[5]) (MONTEIRO, 1909).

Locatelli (2012) indica que a aquisição do piano como material escolar traduz a tentativa do Estado de comunicar, por meio do reconhecimento social deste objeto, valores culturais nos ambientes de ensino que ampliassem a formação dos alunos. Assim, este instrumento musical – principal acessório da sala de estar das famílias aristocráticas – anunciava a sofisticação do ambiente escolar e o exercício de tocá-lo, ou de ouvi-lo, representava o desenvolvimento do refinamento e do bom gosto na instrução pública (LOCATELLI, 2012). Na imagem que segue – a qual retrata uma sala de aula da Escola Normal Pedro II – notamos ao fundo a presença de um dos pianos acima mencionados.

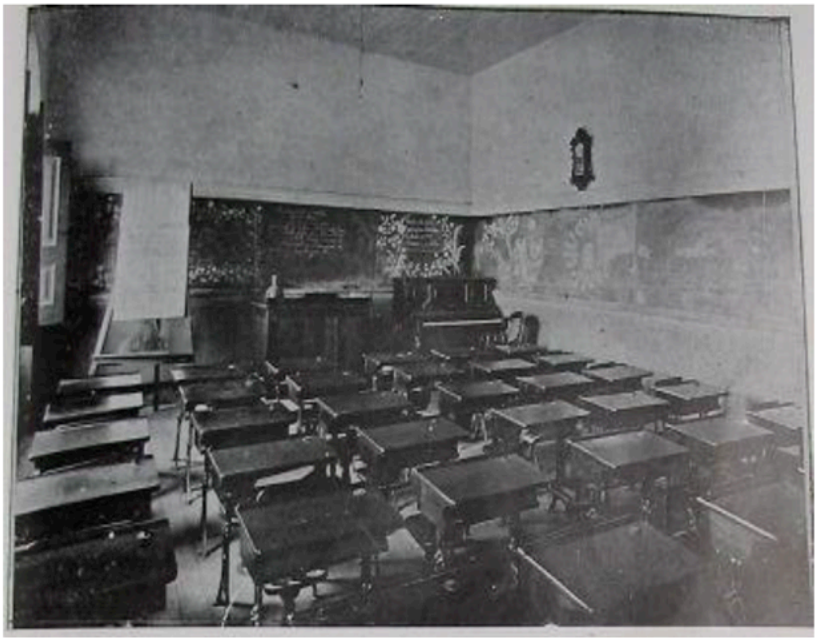

Fig. 1: Sala de aula da Escola Normal Pedro II, 1909. Piano ao fundo, à direita.
Fonte: Acervo de imagens do Arquivo Público do Estado do ES.

A análise dos documentos demonstrou que gradativamente as práticas musicais foram ganhando mais espaço na formação docente e que essas atividades passaram a ser fortemente influenciadas pelas novas ideias pedagógico-musicais que estavam sendo

desenvolvidas no Estado de São Paulo. Como exemplo, temos que, em 1918, o Governador Bernardino de Souza Monteiro, enviou um professor de música, custeado com o capital público, para estudar na capital paulista as novas metodologias de ensino musical. A expectativa era que essa pessoa replicasse tais conhecimentos nas escolas capixabas. Como vemos a seguir:

> Fica o governo autorizado a despender até dois contos de réis para mandar ao Estado de São Paulo pessoa competente estudar e adaptar ás nossas escolas os novos methodos ali empregados no ensino de musica (DIÁRIO DA MANHÃ, 15 de maio de 1918, p.4).

Essas novas tendências pedagógicas influenciaram na organização da grade curricular da Escola Normal que, a partir de 1919, passou a ter a seguinte configuração:

ANO	MATÉRIAS OFERTADAS
1º ano	Portuguez, francez, arithmetica, geographia, cosmographia, historia do Brasil, trabalhos manuaes, desenho e calligraphia, gymnastica e **musica.**
2º ano	Portuguez, francez, arithmetica, historia do Brasil, chorographia, **musica,** desenho e calligraphia, gymnastica e trabalhos manuaes.
3º ano	Portuguez e literatura nacional, francez, arithmetica, geometria, historia universal, pedagogia, educação cívica, trabalhos manuaes e gymnastica.
4º ano	Portuguez, literatura nacional, sciencias naturaes, hygiene escolar, exercicio de ensino.

Tab. 3: Grade curricular da Escola Normal Pedro II, no ano de 1919.
Fonte: Espírito Santo, Decreto nº 3.587 de 1919.

Essas modificações atingiram significativamente o ensino da música, tendo em vista que o mesmo teve a sua carga horária aumentada em 100% (passou de um para dois anos). Além disso, também merece ser destacado que foi modificado o ano em que ocorreria a oferta (saindo do terceiro e indo para os dois primeiros anos). Isso é relevante, pois em virtude da evasão nos anos finais, os primeiros apresentavam maior quantidade de alunos, o que permitiria que um maior número de estudantes tivesse contato com o aprendizado musical.

Em 1929, no governo do Presidente de Estado Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), ocorreu uma nova reformulação na educação pública estadual. Tal ação foi coordenada pelo Secretário de Instrução Atílio Vivacqua. A reforma apresentava por objetivo a propagação dos pressupostos pedagógicos da Escola Nova entre o professorado de todo o Estado (SALIM, 2009). A estratégia traçada por Vivacqua consistiu na criação do *Curso Superior de Cultura Pedagógica* (Decreto nº 9.750, de 30 de agosto de 1929) destinado ao aperfeiçoamento de professores e inspetores que, segundo seu idealizador, deveria promover a "[...] preparação de um corpo nuclear propagandista e aplicadores da Escola Nova" (1929: 4).

Por essa e outras ações se afirma que essa reforma é um marco da Escola Nova no Estado do Espírito Santo (SALIM, 2009).

Com relação ao ensino musical escolarizado no contexto dessa reforma, seguramente, as propostas de Vivacqua deram a esse campo um lugar até então não tido. As ações previam não só a ampliação, mas também uma total estruturação dessas práticas.

> A música, também, foi objecto da mais constante atenção do governo. Além do seu ensino em todas as escolas do Estado vão ser creados os Orpheons Escolares, os Corpos Coraes e a Orchestras Synphonica Escolar, destinadas a funcionar nas Escolas Normaes, nos Grupos Escolares e nas escoas reunidas (AGUIAR, 1930: 18).

Para coordenar as reformulações pretendidas para o ensino musical foi convidado o Professor Gomes Cardim (o mesmo que havia sido Diretor da Instrução Pública em 1908).

> A reforma do ensino de musica, feita de acordo com a orientação do ilustre professor Paulo Gomes Cardim, nas escolas primarias e secundarias do Estado, obedeceu a um plano de reorganização que se dividiu em duas partes: a) introdução do ensino da musica pelo methodo analytico; b) organização dos orfeões escolares (AGUIAR, 1930: 87).

Como enfatizou Vivacqua (1929: 60) a Escola Normal era "A pedra angular do edifício da escola nova". Então, seria preciso reorganizar todo seu programa de ensino para que fosse possível preparar "os mestres para seguirem os princípios da escola activa brasileira" (1929: 61). Com isso, a sua grade curricular passou à seguinte configuração:

ANO	MATÉRIAS OFERTADAS
1º ANO	Lingua Vernacula e Calliphasi; Francez; Arithmetica; Geographia e Noções de Cosmographia; Desenho e Calligraphia; Educação Physica; **Musica e ensino coral**; Trabalhos manuais; Lingua Vernacula e Calliphasia.
2º ANO	Lingua Vernacula; Francez; Arithmetica; Chorographia do Brasil; Historia da Civilização; Desenho e Calligraphia; **Musica e Canto**; Trabalhos manuais.
3º ANO	Lingua Vernacula e Litteratura Nacional; Noções de Algebra e Geometria; Historia da Civilização, especialmentE do Brasil; Anatomia e Physiologia humanas (Hygiene); Historia Natural; Physica e Chimica; Pedagogia, Historia da Educação, Psychologia geral, experimental e pedagogiea; Educação Moral e Civica; **Musica e canto coral**; Educação Physica; Trabalhos manuais.
4º ANO	Lingua Vernacula e Literatura Nacional; Noções de Sociologia e Direito Usual. – Economia e leis escolares; Hygiene escolar e infantil. – Puericultura – Eugenia – Pratica de primeiros socorros; Historia natural; Agricultura e industrias rurais; Economia domestica; Educação Physica (Pratica de anthropometria); **Musica e canto coral (methodologia da musica)**; Didactica e Pratica Pedagogica

Tab. 4: Grade curricular da Escola Normal Pedro II, no ano de 1930.
Fonte: Espírito Santo, Decreto nº 10.171 de 1930.

Percebemos acima que a música foi inserida em todos os anos do curso, o que representou um fato inédito para a educação musical no Estado. Essa afirmação foi destacada, em 1930, pelo próprio Governador,

> A Escola Normal Pedro II, comprehende quatro annos de curso, sendo que pelos antigos programmas a música era ministrada somente nos dois primeiros annos e não

> contribuindo essa disciplina para efeito de aprovação no curso. Obedecendo à nova Reforma, a música foi extendida a todos os annos do curso normal, dando-se a essa disciplina, o valor que realmente deve ter (AGUIAR, 1930: 99).

Além do aumento da carga horária ocorreu uma modificação nos objetivos definidos para esse conteúdo. Isso pode ser constatado ao analisarmos a nova nomenclatura definida para essa disciplina. Até 1929, chamava-se *Música* e o seu objetivo era, basicamente, a formação técnico-musical dos(as) normalistas. Nessa nova proposição foram dados nomes diferentes para cada ano do curso e se refletirmos sobre os mesmos perceberemos que essas atividades passaram a ter um caráter mais pedagógico do que técnico. Isso ocorreu, principalmente, pois pretendia-se que as vivências ocorridas na Escola Normal pudessem ser reproduzidas nas futuras práticas docentes nas escolas primárias (SALIM, 2009).

Porém, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, todas essas ações foram bruscamente interrompidas. Nesse contexto, ocorreu a destituição do Presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar e a retirada de toda a sua equipe de governo. Com as novas diretrizes propostas por Vargas para a educação brasileira, as ações que haviam sido iniciadas por Vivacqua foram paralisadas (SALIM, 2009).

4. Considerações Finais

Acreditamos que, mesmo de forma preliminar, a sinuosa análise das fontes e o cotejo com as demais produções acerca de nossa temática, permitiram vislumbrar um gradativo movimento de expansão dos espaços destinados ao ensino musical no curso de formação docente da Escola Normal no ES (1908-1930). Contudo, temos clareza de que as respostas para as questões propostas nessa pesquisa, de forma mais ampla, dependem da realização de muitos outros estudos. Por enquanto, nossa única certeza é a necessidade de se prosseguir na busca da sistematização de nossas fontes, conscientes do muito que ainda está por ser investigado, analisado e registrado sobre a história da educação musical no ES.

Referências:

AGUIAR, Aristeu Borges de. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo por Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930.* Vitctoria: Imprensa Official, 1930.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou o ofício do historiador.* Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação,* Porto Alegre, v.1, n.2, p. 177-229, 1990.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Lei nº 545, de 8 de novembro de 1909*. Dá nova organisação à Instrução Publica Primaria e Secundaria. Victoria: Typ Nelson Costa, 1909.

_____. *Decreto nº 3.587 de 30 de junho de 1919.* Altera a grade curricular da Escola Normal e dá outras providências. Vitctoria: Typ do Estado do Espírito Santo, 1919
_____ . *Decreto nº 9.750, de 30 de agosto de 1929*. Authoriza a Criação do Curso Superior de Cultura Pedagógica. Victoria: Typ do Diario da Manhã, 1929.
_____. *Decreto nº 10.171.* Expede instruções sobre o ensino normal e dá outras providencias. Victoria: Typ do Diario da Manhã, 1930.
FUKS, Rosa. *O discurso do Silencio.* (Série Música e Cultura), Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.
GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.* São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação,* Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
LIMA, Henrique A. Cerqueira. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Dr. Henrique A. Cerque*ira Lima em 13 de agosto de 1908. Victoria, Imprensa Official, 1908.
LOCATELLI, Andrea Brandão. *Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX*: arquitetura, memórias e história. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
MONTEIRO, Jeronymo de Souza. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 14 de setembro de 1909 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo.* Vitctoria: Imprensa Official, 1909.
ROMANELLI, Ailse Therezinha Cypreste. *Educação no Espírito Santo: breve histórico.* Revista FACEVV, volume 1, 2º Semestre de 2008 - Número 1.
NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos da ANPED,* Belo Horizonte, n 5, p. 7 a 64, set. 1993.
SALIM, Maria Alayde Alcantara. *Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República.* 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
VIVACQUA, Atilio. *O ensino público no Espírito Santo.* Entrevista concedida ao Diário da Manhã. Typ. do "Diário da Manhã" Victória, 1929.

JORNAIS
COMMERCIO DE VICTORIA, EM 15 DE JUNHO DE 1909
DIÁRIO DA MANHÃ, 15 DE MAIO de 1918, p. 4.

Notas

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil

[2] A Escola Normal Pedro II foi criada no Governo de Moniz Freire (1892-1896), pelo Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892.

[3] Gomes Cardim integrava a chamada geração dos normalistas republicanos, formada no contexto da reforma educacional promovida no Estado de São Paulo, logo após a proclamação da República. A base pedagógica do movimento estava fundamentada nos novos métodos de ensino, especialmente no método analítico para a leitura, que passaria a ser difundido para outros Estados brasileiros, pelas missões de professores paulistas (SALIM, 2009).

[4] O movimento propunha um novo tratamento dos problemas educacionais. Pautava-se nas concepções educacionais modernas dos métodos ativos de ensino, propunha um conjunto de princípios renovadores das formas tradicionais de ensino. Iniciou-se com manifestações isoladas e adquiriu contornos nítidos com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932 (SALIM, 2009).

[5] A moeda corrente na época era o Mil Réis.